

Em termos comparáveis, no primeiro quadrimestre de 2018 as administrações públicas apresentaram um aumento do défice orçamental face ao observado no período homólogo. Por subsectores, o principal contributo resultou da deterioração homóloga das entidades públicas reclassificadas. Em sentido oposto, destaca-se a redução do défice do subsector Estado, contrastando com a deterioração prevista para o conjunto do ano. Por componentes, no período janeiro-abril de 2018 destacam-se as taxas de crescimento homólogas acima das previstas no OE/2018 para os impostos indiretos, contribuições sociais, juros e outros encargos, despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços. Em contrapartida, as outras receitas correntes, as receitas de capital e os impostos diretos, bem como as despesas de capital e as transferências correntes evidenciaram taxas de variação homólogas abaixo das previstas no OE/2018. A estimativa para o défice do 1.º trimestre, em contabilidade nacional, aponta para um valor central de 1,0% do PIB, o que representa uma melhoria face ao período homólogo. A confirmar-se a estimativa da UTAO, o défice do 1.º trimestre deverá ter ficado abaixo do objetivo estabelecido inicialmente no OE/2018, embora acima da estimativa revista para 2018 apresentada no PE/2018-22.

### Síntese da execução orçamental

1 A presente análise tem como fonte principal a Síntese de Execução Orçamental publicada pela Direção-Geral do Orçamento (DGO) no dia 25 de maio, relativa às contas das administrações públicas até abril de 2018, na ótica da contabilidade pública. Os referenciais anuais para efeitos de comparação com a execução orçamental são a execução provisória de 2017, que será posteriormente substituída pela Conta Geral do Estado, e o Orçamento do Estado para 2018 (OE/2018).

**Tabela 1 – Saldo global por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-abr 2017	Jan-abr 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-3 226	-3 197	29	-4 822	-5 532	-710
2. Serviços e Fundos Autónomos	156	-207	-363	-114	187	301
do qual: EPR	-367	-1 002	-635	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-3 070	-3 404	-334	-4 936	-5 345	-409
4. Segurança Social	1 075	1 249	174	2 078	929	-1 149
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-1 995	-2 155	-160	-2 858	-4 416	-1 559
6. Administração Regional e Local	138	133	-5	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	-1 858	-2 022	-165	-2 574	-3 537	-963

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: Os valores relativos a 2017 referem-se à execução provisória, a qual será objeto de atualização após a publicação da CGE/2017. O referencial anual para 2018 corresponde ao OE/2018.

2 O objetivo do saldo orçamental no OE/2018 tem diferentes sentidos para a variação homóloga consoante a ótica contabilística: uma deterioração em contabilidade pública, mas uma melhoria em contabilidade nacional. Em termos não ajustados, as administrações públicas registaram um défice orçamental em contabilidade pública no período janeiro-abril de 2018, acima do observado para o mesmo período do ano anterior. De acordo com os dados divulgados pela DGO, i.e. sem qualquer ajustamento, as administrações públicas evidenciaram um défice orçamental de 222 M€ no 1.º quadrimestre de 2018, o que reflete um agravamento de 165 M€ quando comparado com o verificado no quadrimestre homólogo (Tabela 1 e Tabela 17). De referir que o objetivo anual do saldo orçamental em contabilidade pública para 2018 tem subjacente uma deterioração homóloga no montante de 963 M€, quando comparado com a execução provisória de 2017.

**Tabela 2 - Saldo global ajustado, por subsector**  
(em milhões de euros)

Subsector	Jan-abr 2017	Jan-abr 2018	variação homóloga	Referencial anual		
				2017	OE/2018	variação homóloga OE/2018
1. Estado	-2 824	-2 564	260	-4 819	-5 615	-795
2. Serviços e Fundos Autónomos	459	-69	-528	-114	187	301
do qual: EPR	-166	-864	-698	-1 109	-1 283	-174
3. Administração Central (1+2)	-2 365	-2 633	-268	-4 933	-5 428	-494
4. Segurança Social	1 080	1 173	93	1 652	903	-749
5. Adm. Central + Seg. Social (3+4)	-1 285	-1 460	-175	-3 281	-4 524	-1 243
6. Administração Regional e Local	182	133	-49	284	880	596
7. Administrações Públicas, contabilidade pública (5+6)	-1 103	-1 327	-224	-2 997	-3 644	-647

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo.

3 Em termos ajustados, o objetivo para o saldo orçamental em 2018 tem subjacente uma deterioração homóloga. A presente análise encontra-se elaborada em termos ajustados dos fatores mais relevantes que limitam a comparabilidade homóloga no biênio 2017-2018, os quais estão identificados na Caixa 1 em anexo.<sup>1</sup> Após ajustamentos e na ótica da contabilidade pública, o saldo das administrações públicas para 2018 tem implícita uma variação homóloga negativa do saldo orçamental (Tabela 2).

4 O conjunto das administrações públicas evidenciou um défice orçamental no 1.º quadrimestre de 2018 superior ao observado no mesmo período do ano anterior. Tendo por referência o período janeiro-abril (Tabela 2 e Tabela 3), observou-se uma variação homóloga negativa do saldo das administrações públicas, a qual é determinada por um aumento da despesa efetiva (1202 M€) acima do observado na receita efetiva (978 M€). Por subsectores, destaca-se a deterioração homóloga do subsector dos serviços e fundos autónomos (-528 M€) devido ao contributo das entidades públicas reclassificadas (-698 M€), bem como da administração local (-117 M€). Em sentido oposto, registou-se um aumento homólogo do saldo nos subsectores Estado (+260 M€), administração regional (+68 M€) e segurança social (+93 M€).

<sup>1</sup> Os ajustamentos têm por base a relevância do montante, a possibilidade de quantificação e referem-se ao biênio 2017-2018.

**Tabela 3 – Conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-abril		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita efetiva	22 962	23 941	978	4,3	80 580	86 122	5 542	6,9	28,5	27,8
Corrente	22 434	23 435	1 001	4,5	78 577	82 642	4 065	5,2	28,5	28,4
Capital	529	506	-23	-4,3	2 003	3 480	1 477	73,7	26,4	14,5
Despesa efetiva	24 066	25 268	1 202	5,0	83 577	89 767	6 190	7,4	28,8	28,1
Corrente primária	20 089	21 015	926	4,6	70 024	74 501	4 477	6,4	28,7	28,2
Juros	2 622	2 949	327	12,5	8 299	8 426	127	1,5	31,6	35,0
Capital	1 355	1 304	-51	-3,8	5 254	6 840	1 586	30,2	25,8	19,1
Saldo global	-1 103	-1 327	-224		-2 997	-3 644	-647			

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: Os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. O referencial anual para 2017 tem por base a execução provisória.

**5 Até ao final de abril a receita continuou a crescer abaixo do objetivo anual, destacando-se a sub-execução da receita de capital.** No primeiro quadrimestre de 2018 a receita efetiva apresentou um crescimento de 4,3% face ao mesmo período do ano anterior, com contributos de 4,4 p.p. da receita corrente e -0,1 p.p. da receita de capital (Tabela 3), continuando a situar-se globalmente em níveis inferiores ao objetivo anual de 6,9%. Ao nível de cada componente, verificou-se que os impostos indiretos e as contribuições sociais superaram a cobrança prevista em 3,2 p.p. e 1,9 p.p., respetivamente, enquanto os impostos diretos, a receita de capital e as outras receitas correntes ficaram aquém, com desvios de 0,3 p.p., 1,9 p.p. e 2,1 p.p. respetivamente. Ao nível dos agregados, destaca-se o comportamento da receita de capital, com um grau de execução de 14,5%, que se situa 11,9 p.p. abaixo do verificado no período homólogo.

**6 A receita fiscal apresentou um aumento ao longo do primeiro quadrimestre do ano, com o IVA como principal determinante.** A receita fiscal apresentou um acréscimo de 4,6%, superando o objetivo de 2,7% implícito ao OE/2018, devido ao contributo dos impostos indiretos, cuja taxa de crescimento foi de 6,9% (Gráfico 1). O IVA constituiu-se como o principal determinante deste comportamento (variação homóloga de 6,5%, que compara com 3,3% do objetivo anual), com um contributo de 2,5 p.p., seguido do imposto sobre o tabaco, com 0,6 p.p. e o imposto sobre produtos petrolíferos (ISP) com 0,3 p.p.. Nos impostos diretos, verificaram-se comportamentos distintos entre subsetores. No Estado, assistiu-se a um acréscimo de 1,5%, enquanto na administração regional e local se verificou um decréscimo de 4,4%, a que correspondem contributos de 0,5 p.p. e -0,2 p.p., respetivamente. No subsector Estado, a cobrança de IRS ajustada e o IRC cresceram 1,2% e 4,6%, continuando a situar-se acima dos objetivos anuais (Tabela 5). Por questões de comparabilidade face ao período homólogo foram efetuados ajustamentos à receita fiscal, nomeadamente o PERES, a receita de reavaliação de ativos, a receita do IRC, os reembolsos de IRS e a uniformização contabilística da receita relativa à taxa de incidência sobre os seguros do INEM (Caixa 1).<sup>2, 3, 4</sup>

<sup>2</sup> A receita de IRC foi ajustada devido a um desfasamento temporal motivado por uma operação financeira de uma empresa, a qual gerou uma receita de 235 M€ em 2017.

<sup>3</sup> Durante a execução do ano de 2018 a receita do INEM - Instituto Nacional de Emergência Médica - encontra-se registada em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 esta receita foi registada em impostos indiretos.

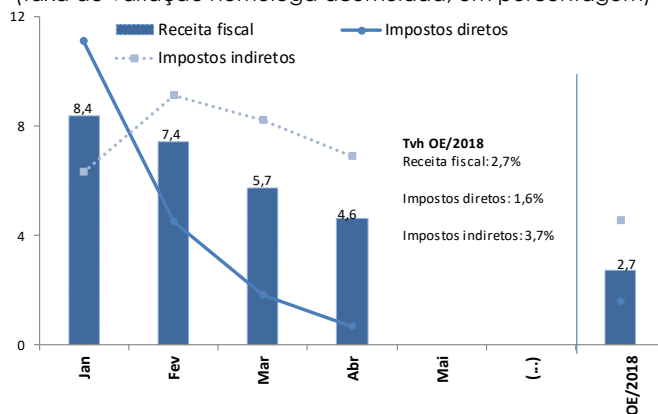
<sup>4</sup> A receita de IRS foi ajustada por forma tornar comparável o diferente perfil temporal de pagamento dos reembolsos nos dois anos em análise.

**Tabela 4 – Receita fiscal e contributiva das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Janeiro-abril		var. homóloga		Ref. anuais		var. homóloga		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Receita Fiscal	12 483	13 058	575	4,6	47 232	48 516	1 284	2,7	26,4	26,9
Impostos diretos	4 589	4 619	31	0,7	21 410	21 745	334	1,6	21,4	21,2
Impostos indiretos	7 894	8 439	545	6,9	25 821	26 772	950	3,7	30,6	31,5
Contribuições Sociais	6 123	6 460	337	5,5	19 760	20 469	709	3,6	31,0	31,6
dos quais: Segurança Social	4 949	5 281	333	6,7	15 713	16 510	797	5,1	31,5	32,0
dos quais: CGA	1 149	1 155	6	0,6	3 970	3 882	-88	-2,2	28,9	29,8
Receita Fiscal e Contributiva	18 606	19 518	913	4,9	66 992	68 985	1 993	3,0	27,8	28,3

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**Gráfico 1 – Receita fiscal das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



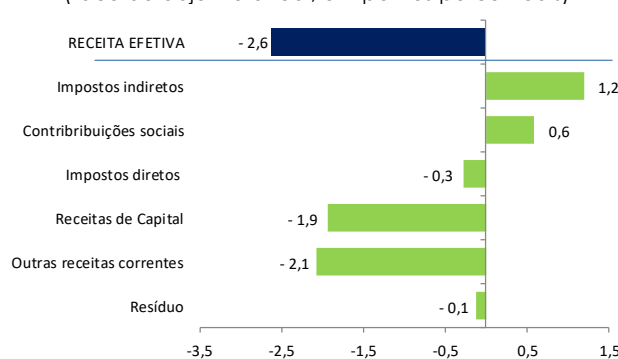
Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**Tabela 5 – Receita fiscal das administrações públicas por subsector** (em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
Subsector Estado, dos quais:	11 214	11 759	545	4,9	41 838	42 901	1 063	2,5	26,8	27,4
Impostos diretos	3 938	3 997	59	1,5	17 989	18 098	109	0,6	21,9	22,1
IRS	3 634	3 677	43	1,2	12 231	12 106	-126	-1,0	29,7	30,4
IRC	300	314	14	4,6	5 406	5 522	115	2,1	5,6	5,7
Outros	4	6	2	61,0	351	471	120	34,0	1,0	1,2
Impostos indiretos	7 276	7 762	486	6,7	23 849	24 802	954	4,0	30,5	31,3
ISP	1 055	1 091	36	3,4	3 364	3 554	190	5,6	31,4	30,7
IVA	4 889	5 207	317	6,5	15 977	16 501	525	3,3	30,6	31,6
ISV	257	253	-4	-1,6	757	823	66	8,7	34,0	30,8
Imposto de consumo sobre o tabaco	325	395	70	21,4	1 445	1 443	-2	-0,1	22,5	27,4
IABA	70	76	7	9,4	279	293	14	5,0	24,9	26,0
Imposto do selo	510	530	20	3,8	1 469	1 512	43	2,9	34,7	35,0
Imposto Único de Circulação (IUC)	111	125	14	12,5	334	395	61	18,4	33,2	31,6
Outros	59	86	27	45,1	224	281	57	25,5	26,4	30,6
Serviços e fundos autónomos, outros impostos indiretos	192	220	29	15,0	583	576	-7	-1,3	32,8	38,3
Impostos diretos	192	220	29	15,0	583	576	-7	-1,3	32,8	38,3
Outros	192	220	29	15,0	583	576	-7	-1,3	32,8	38,3
Segurança Social, impostos indiretos	76	85	9	11,8	240	222	-19	-7,8	31,7	38,4
Impostos indiretos	76	85	9	11,8	240	222	-19	-7,8	31,7	38,4
Administração Regional e Local	1 001	993	-8	-0,8	4 570	4 818	248	5,4	21,9	20,6
Impostos diretos	651	623	-28	-4,4	3 421	3 646	225	6,6	19,0	17,1
Impostos indiretos	350	371	21	6,0	1 149	1 172	23	2,0	30,5	31,6
Total	12 483	13 058	575	4,6	47 232	48 516	1 284	2,7	26,4	26,9
Par memória (antes ajustamentos):										
IRS	4 019	3 677			12 231	12 143				
IRC	300	314			5 749	5 645				
IVA	4 889	5 207			15 977	16 548				
Serviços e fundos autónomos	228	220			690	687				
Total (antes de ajustamentos)	12 904	13 058	154	1,2	47 681	48 834	1 154	2,4	27,1	26,7

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**Gráfico 2 – Principais contributos para o desvio da receita**  
(face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: A soma dos contributos das componentes de receita diverge do desvio da taxa de variação da receita efetiva devido à existência de diferenças de consolidação, gerando um resíduo. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 16 e na Tabela 17.

**7 Até ao final de março, a receita com contribuições sociais cresceu 5,5%, refletindo sobretudo o aumento das contribuições para a segurança social.** O crescimento das contribuições para sistemas de proteção social situou-se em 5,5%, excedendo em 1,9 p.p. o crescimento de 3,6% implícito ao OE/2018. Sublinhe-se que na receita da CGA foi ajustado o efeito base referente à alteração no regime de pagamento do subsídio de Natal (Caixa 1).

**8 O acréscimo das outras receitas correntes situa-se num nível muito inferior ao objetivo anual. Embora os dividendos do Banco de Portugal tenham contribuído para o crescimento homólogo, situam-se abaixo do objetivo previsto no OE/2018.** As outras receitas correntes registaram um crescimento de 3%, com um contributo de 0,5 p.p. para a formação da receita efetiva, devendo salientar-se, na receita de rendimentos de propriedade, o montante de dividendos recebidos do Banco de Portugal, no montante de 414,9 M€, o que representa um acréscimo de 49,0% face ao ano anterior (278,5 M€). No entanto, representa apenas 83,0% do objetivo anual de 500 M€ inscrito no OE/2018, comparando também negativamente com o montante de 525,2 M€ constante no relatório de atividades e contas de 2017 do Banco de Portugal. Deve salientar-se que por questões de comparabilidade foi ajustado o efeito base associado ao diferente perfil de pagamento deste rendimento no ano anterior (Caixa 1).

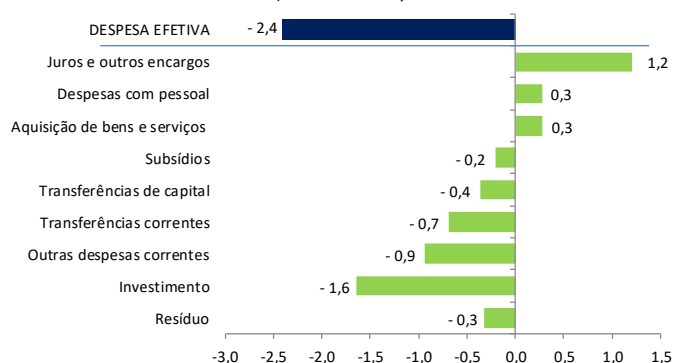
**9 Até abril de 2018, o grau de execução da despesa efetiva foi inferior ao observado no mesmo período do ano anterior.** Tendo como referência o OE/2018 inicial, o grau de execução da despesa efetiva no período janeiro-abril de 2018 situou-se em 28,1%, ficando 0,7 p.p. abaixo do verificado no período homólogo (Tabela 3 e Tabela 16). Relativamente à desagregação por componentes, a despesa corrente evidenciou um grau de execução (28,9%), ligeiramente inferior ao registado no período homólogo (29%), enquanto a despesa de capital apresentou um grau de execução (19,1%) abaixo do observado no mesmo período do ano 2017 (25,8%). Contudo, importa referir que se observou um desvio em 2017 entre a estimativa de execução apresentada em outubro no âmbito da Proposta de Lei do OE/2018 e a execução provisória, pelo que poderá ter efeitos no ano 2018, visto que a previsão subjacente ao OE/2018 se efetuou tendo por base um ponto de partida que não se concretizou, podendo ter implicações nas variações homólogas subjacentes a cada componente de despesa. De salientar que a dotação da despesa corrente inclui a dotação provisional no Ministério das Finanças, bem como a reserva orçamental dos organismos da administração central.<sup>5</sup> Adicionalmente, no orçamento do Ministério das Finanças encontram-se inscritas dotações centralizadas que têm finalidades específicas: descongelamento de carreiras

<sup>5</sup> Para o conjunto da administração central, a Lei do OE/2018 inclui na rubrica "outras despesas correntes" a dotação provisional (495 M€), bem como a reserva orçamental (451,2 M€). Até abril de 2018, a reafetação da dotação provisional situou-se em 11,1 M€ e a reafetação da reserva orçamental foi residual. Relativamente à reserva orçamental, de referir que se verifica um diferencial face ao valor publicado pela DGO na Síntese de Execução Orçamental (quadro 20 dos anexos estatísticos), o qual decorre essencialmente do facto da totalidade da reserva orçamental incluir algumas entidades com competência própria para procederem à descativação.

(130 M€), sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€), incêndios florestais (187 M€), regularização de passivos e aplicação de ativos (480 M€), contrapartida pública nacional (100 M€) e orçamento participativo (5 M€).<sup>6,7</sup>

**10 O montante de dotação orçamental da administração central que permanece cativada no final de março de 2018 é próximo do montante inicial.** De acordo com a DGO, o montante de cativos no âmbito de aquisição de bens e serviços e de projetos foi de 611,5 M€ no final de março de 2018, o que representa cerca de 94% do valor cativado no início de 2018. Relativamente à reserva orçamental, o montante cativado foi de 432,4 M€ no final de março. Adicionalmente, o decreto-lei de execução orçamental para 2018 determina a cativação de rubricas adicionais de despesa, cujo montante ainda deverá ser apurado.<sup>8</sup> De salientar que a Lei do OE/2018 determina que o montante total de cativos para 2018, após aplicação do decreto-lei de execução orçamental, terá de ser inferior a 90% do valor global dos correspondentes cativos iniciais aprovados para 2017.<sup>9</sup>

**Gráfico 3 – Principais contributos para o desvio da despesa**  
(em termos acumulados face ao objetivo anual, em pontos percentuais)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: no OE/2018, o agrupamento "outras despesas correntes" inclui a reserva orçamental. A componente "resíduo" reflete a dotação provisional e as diferenças de consolidação. Os montantes das diferenças de consolidação encontram-se detalhados na Tabela 16 e na Tabela 17.

**Tabela 6 – Despesa corrente primária e principais rubricas**  
(variações homólogas, em milhões de euros e percentagem)

	Janeiro-abril				Ref. Anuais				Grau de execução	
	2017	2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018	var. homóloga	%	2017	OE/2018
<b>Despesa Corrente Primária</b>	<b>20 089</b>	<b>21 015</b>	<b>926</b>	<b>4,6</b>	<b>70 024</b>	<b>74 501</b>	<b>4 477</b>	<b>6,4</b>	<b>28,7</b>	<b>28,2</b>
Despesas com pessoal	5 770	5 847	77	1,3	20 144	20 176	32	0,2	28,6	29,0
Aquisição de bens e serviços	3 328	3 738	410	12,3	11 779	12 976	1 197	10,2	28,3	28,8
Transferências correntes	10 468	10 824	356	3,4	35 596	37 407	1 811	5,1	29,4	28,9
Seg. Social (Pensões + Prestações)	6 400	6 608	208	3,3	21 596	22 974	1 378	6,4	29,6	28,8
Caixa Geral de Aposentações	2 741	2 793	52	1,9	9 529	9 738	209	2,2	28,8	28,7
Subsídios	228	293	64	28,3	947	1 347	400	42,2	24,1	21,7
Outras despesas correntes	286	300	13	4,6	965	1 792	827	85,8	29,7	16,7

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: os valores encontram-se ajustados de fatores que limitam a comparabilidade homóloga, identificados na Caixa 1 em anexo. Os dados são consolidados, pelo que a rubrica "Transferências correntes" não incorpora as operações ocorridas entre entidades das administrações públicas.

<sup>6</sup> Até abril de 2018, do conjunto das dotações orçamentais centralizadas foram reafectados 106,2 M€ relativos a incêndios florestais e 8,5 M€ relativos à contrapartida pública nacional na despesa de investimento.

<sup>7</sup> De salientar que do conjunto das dotações orçamentais centralizadas encontra-se orçamentada despesa com ativos financeiros, nomeadamente para incêndios florestais (62 M€) e regularização de passivos e aplicação de ativos (180 M€).

<sup>8</sup> Decreto-lei n.º 33/2018, de 15 de maio.

<sup>9</sup> De acordo com informação disponibilizada pelo Ministério das Finanças à pergunta n.º 4667/XIII/2 de um Grupo Parlamentar, o montante total de cativos iniciais em 2017 foi de 1881 M€.

**11 As despesas com pessoal no 1.º quadrimestre de 2018 evidenciaram um grau de execução acima do verificado no período homólogo.**<sup>10</sup> No orçamento do Ministério das Finanças encontra-se a dotação centralizada para o reforço orçamental no âmbito do descongelamento de carreiras na administração central (130 M€), a qual não foi utilizada até ao final de abril. O valor orçamentado no OE/2018 para despesas com pessoal das administrações públicas é de 20 176 M€, o que representa um crescimento homólogo de 0,2% face à execução provisória de 2017 (Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 16). De referir que em 2017 verificou-se um desvio (154 M€) entre a estimativa constante no relatório do OE/2018 e a execução provisória, o que pode ter efeitos na variação homóloga a observar em 2018. Em termos homólogos, o crescimento das despesas com pessoal no período janeiro-abril de 2018 situou-se em 1,3%. O programa orçamental P011-Ensino Básico e Secundário e Administração Escolar apresentou no 1.º quadrimestre de 2018 o grau de execução mais elevado (31,5%).

**Tabela 7 – Despesas com pessoal das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	<b>4 642</b>	<b>4 693</b>	<b>51</b>	<b>1,1</b>	<b>16 237</b>	<b>16 300</b>	<b>63</b>	<b>0,4</b>	<b>28,6</b>	<b>28,8</b>
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	1 353	1 387	34	2,5	4 685	4 408	-278	-5,9	28,9	31,5
Saúde	1 146	1 169	24	2,1	3 966	3 951	-14	-0,4	28,9	29,6
Segurança Interna	472	464	-8	-1,7	1 599	1 594	-5	-0,3	29,5	29,1
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	369	366	-4	-1,0	1 345	1 426	81	6,0	27,4	25,6
Defesa Nacional	358	340	-18	-5,0	1 275	1 267	-8	-0,6	28,0	26,8
Órgãos de Soberania e Justiça	342	351	9	2,6	1 202	1 182	-19	-1,6	28,5	29,7
Trabalho, Solidariedade e Seg. Social	96	99	3	3,3	340	380	40	11,7	28,3	26,2
Finanças	151	147	-4	-2,6	596	621	25	4,3	25,3	23,6
Descongelamento de carreiras	-	0	-	-	-	130	-	-	-	0,0
Segurança Social	76	77	1	1,7	262	284	22	8,5	28,9	27,1
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>1 053</b>	<b>1 078</b>	<b>25</b>	<b>2,3</b>	<b>3 645</b>	<b>3 592</b>	<b>-53</b>	<b>-1,5</b>	<b>28,9</b>	<b>30,0</b>
<b>Total</b>	<b>5 770</b>	<b>5 847</b>	<b>77</b>	<b>1,3</b>	<b>20 144</b>	<b>20 176</b>	<b>32</b>	<b>0,2</b>	<b>28,6</b>	<b>29,0</b>
Por memória:										
<b>Total (antes de ajustamentos)</b>	<b>6 011</b>	<b>5 847</b>	<b>-163</b>	<b>-2,7</b>	<b>20 144</b>	<b>20 176</b>	<b>32</b>	<b>0,2</b>	<b>29,8</b>	<b>29,0</b>

Fontes: DGO, Ministério das Finanças e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (130 M€) para descongelamento de carreiras que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**12 O grau de execução da despesa com aquisição de bens e serviços até abril de 2018 foi superior ao verificado no mesmo período do ano anterior.** O grau de execução da aquisição de bens e serviços foi de 28,8% no 1.º quadrimestre de 2018, sendo 0,6 p.p. superior ao observado no período homólogo (Tabela 6, Tabela 8 e Tabela 16). De salientar que desde março de 2018 a despesa com aquisição de bens e serviços passou a registar uma variação positiva de 12% (até fevereiro de 2018 verificou-se uma descida de 7,2%). Contudo, importa salientar que para este resultado contribuíram os pagamentos do programa orçamental P013-Saúde em março de 2018 no valor de 738 M€ (13,3% do OE/2018) para o pagamento de dívidas vencidas do SNS. Excluindo o programa orçamental P013-Saúde, o grau de execução da administração central situou-se em 23,3% até abril de 2018, o que corresponde a uma taxa de crescimento de 0,8% e que compara com o crescimento de 35,1% previsto no OE/2018. De acordo com os dados da DGO, o passivo não financeiro das administrações públicas em aquisição de bens e serviços era de 841 M€ no final de abril de 2018, refletindo um aumento de 155 M€ em comparação com dezembro de 2017. Quanto aos pagamentos em atraso nos Hospitais EPE, o montante total no final de abril de 2018

<sup>10</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados do diferente perfil de pagamentos no âmbito dos duodécimos do subsídio de férias no biénio 2017-2018 (Caixa 1 em anexo).

situou-se em 655 M€, o que corresponde a uma descida de 182 M€ em relação ao valor observado no final de 2017.

**Tabela 8 – Aquisição de bens e serviços das administrações públicas**

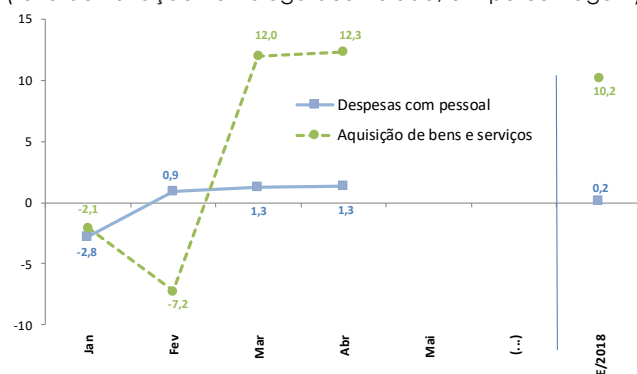
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, por programa</b>	<b>2 429</b>	<b>2 855</b>	<b>426</b>	<b>17,6</b>	<b>8 571</b>	<b>9 416</b>	<b>845</b>	<b>9,9</b>	<b>28,3</b>	<b>30,3</b>
Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar	21	23	2	10,7	104	134	30	29,2	19,8	16,9
Saúde	1 534	1 954	420	27,4	5 706	5 545	-161	-2,8	26,9	35,2
Finanças	55	55	0	-0,8	237	265	28	12,0	23,2	20,6
Dotação centralizada: regularização de passivos não financeiros	-	0	-	-	-	300	-	-	-	0,0
Dotação centralizada: Saúde	-	0	-	-	-	85	-	-	-	0,0
Segurança Interna	49	54	5	10,7	224	280	56	24,8	21,7	19,3
Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	67	64	-4	-5,3	292	311	19	6,6	23,0	20,5
Defesa Nacional	85	83	-3	-3,0	446	465	19	4,2	19,2	17,8
Economia	19	24	6	29,9	104	140	36	34,3	18,1	17,5
Ambiente	36	39	3	8,1	143	192	49	34,6	25,1	20,1
Planeamento e Infraestruturas	106	118	11	10,7	461	621	160	34,6	23,1	19,0
Segurança Social	11	13	1	12,4	52	112	60	115,8	22,0	11,5
<b>Administração Regional e Local</b>	<b>887</b>	<b>870</b>	<b>-17</b>	<b>-2,0</b>	<b>3 156</b>	<b>3 449</b>	<b>292</b>	<b>9,3</b>	<b>28,1</b>	<b>25,2</b>
<b>Total</b>	<b>3 328</b>	<b>3 738</b>	<b>410</b>	<b>12,3</b>	<b>11 779</b>	<b>12 976</b>	<b>1 197</b>	<b>10,2</b>	<b>28,2</b>	<b>28,8</b>
<b>Sub total, sem programa Saúde</b>	<b>1 794</b>	<b>1 784</b>	<b>-9</b>	<b>-0,5</b>	<b>6 073</b>	<b>7 432</b>	<b>1 358</b>	<b>22,4</b>	<b>29,5</b>	<b>24,0</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu dotações centralizadas no orçamento do Ministério das Finanças (384,9 M€) que visam a execução noutros ministérios, nomeadamente com a finalidade de assegurar a sustentabilidade do setor da saúde (84,9 M€) e a regularização de passivos não financeiros da administração central (300 M€).

**13 Até abril de 2018, o grau de execução dos juros pagos pelas entidades públicas reclassificadas (EPR) ficou acima do registado no período homólogo, essencialmente devido ao pagamento no âmbito de juros swap do Metropolitano de Lisboa.** A despesa com juros pagos pelas EPR foi de 452,3 M€ até abril de 2018, o que corresponde a um grau de execução de 51,5% do valor orçamentado no OE/2018 para juros a pagar pelas EPR a entidades exteriores às administrações públicas.<sup>11</sup> De referir que o montante pago pelo Metropolitano de Lisboa situou-se em 328,7 M€, o que reflete um grau de execução de 99,7% do valor previsto no OE/2018 para esta EPR. De acordo com a DGO, o elevado montante de pagamentos do Metropolitano de Lisboa foi determinado pela regularização de pagamentos de contratos swap no valor de 269,5 M€. Adicionalmente, o Metro do Porto registou em 2018 uma despesa de 36,3 M€ também relacionada com o acordo efetuado no âmbito dos contratos swap.<sup>12, 13</sup>

**Gráfico 4 – Principais despesas das administrações públicas**  
(taxa de variação homóloga acumulada, em percentagem)



Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

<sup>11</sup> A presente análise exclui os juros pagos a entidades da administração central visto que existe consolidação dentro do perímetro da administração central.

<sup>12</sup> De referir que o Metro do Porto registou em maio de 2017 uma despesa de 136,5 M€ relativa ao acordo após processos judiciais sobre juros swap.

<sup>13</sup> De acordo com a DGO, a partir de abril de 2018 a Síntese de Execução Orçamental passou a evidenciar (quadro 18 dos anexos estatísticos) apenas os valores relativos a contratos swap no âmbito de pagamentos extraordinários decorrentes de processos judiciais, o que implicou uma revisão face aos valores divulgados nos meses anteriores.

**14 O grau de execução da despesa com subsídios no 1.º quadrimestre de 2018 foi inferior ao observado no período homólogo.**<sup>14</sup> Entre janeiro e abril de 2018, o grau de execução dos subsídios situou-se em 21,7% do valor previsto OE/2018, sendo 2,4 p.p. abaixo do verificado no mesmo período do ano anterior (Tabela 6, Tabela 9 e Tabela 16). De referir que o desvio observado em 2017 (401 M€), decorrente de uma execução provisória inferior à estimativa, poderá ter efeitos na taxa de crescimento a observar em 2018. Por subsector, o contributo para o baixo grau de execução encontra-se concentrado no subsector da segurança social, bem como nos serviços e fundos autónomos, nomeadamente no Instituto do Emprego e Formação Profissional.

**Tabela 9 – Subsídios das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	125	131	5	4,4	531	529	-2	-0,4	23,5	24,7
<i>Subsídios e indemnizações compensatórias</i>	5	9	5	89,5	51	67	16	32,3	9,2	13,9
<i>Bonificação de juros</i>	3	5	2	68,0	36	45	9	25,9	7,9	10,6
<i>IEFP</i>	91	80	-11	-12,5	318	324	6	1,9	28,7	24,6
<i>IFAP</i>	7	5	-2	-25,1	37	29	-8	-21,1	18,1	17,2
<i>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa</i>	8	9	1	14,7	28	29	2	6,5	28,9	31,1
<b>Segurança Social</b>	84	136	52	62,2	281	694	413	147,2	30,0	19,7
<b>Administração Regional e Local</b>	19	26	7	35,4	135	124	-11	-8,1	13,9	20,5
<b>Total</b>	228	293	64	28,3	947	1 347	400	42,2	24,1	21,7

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

**15 Até ao 1.º quadrimestre de 2018, o grau de execução das transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas ficou abaixo do observado no mesmo período do ano anterior.** O grau de execução das transferências correntes foi de 28,9%, sendo 0,5 p.p. inferior ao verificado no quadrimestre homólogo (Tabela 6, Tabela 10 e Tabela 16). De salientar que no OE/2018 o aumento orçamentado encontra-se essencialmente no subsector da segurança social, destacando-se o crescimento anual previsto para as prestações sociais (6,4%), sendo que até abril de 2018 a taxa de crescimento foi inferior ao previsto para o total do ano. De referir que a Lei do OE/2018 determina o fim do pagamento do subsídio de Natal em regime de duodécimos aos pensionistas da segurança social e da CGA, cujo efeito se encontra ajustado na presente informação técnica, sendo explicitado na Caixa 1.

**Tabela 10 – Transferências correntes para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	3 757	3 896	139	3,7	13 011	13 549	538	4,1	28,9	28,8
<i>CGA - pensões e outros abonos</i>	2 741	2 793	53	1,9	9 532	9 739	206	2,2	28,8	28,7
<i>Contribuição financeira União Europeia</i>	501	570	69	13,9	1 503	1 711	208	13,9	33,3	33,3
<i>Recursos próprios tradicionais</i>	57	70	13	23,7	184	178	-6	-3,4	30,7	39,3
<i>Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar</i>	96	82	-14	-14,3	304	330	25	8,4	31,4	24,9
<i>IFAP</i>	57	81	25	43,3	390	260	-130	-33,3	14,6	31,3
<i>Fundação para a Ciência e Tecnologia</i>	31	36	6	18,2	99	109	10	9,9	31,1	33,4
<i>Fundo de Ação Social (ensino superior)</i>	73	75	2	2,7	138	143	5	3,6	53,0	52,5
<i>Contribuições e quotas para organizações internacionais</i>	21	21	-1	-3,0	77	70	-7	-8,9	27,9	29,7
<i>Transferência para a Grécia</i>	0	0	0	-	0	144	144	-	-	0,0
<i>Fundo de Acidentes de Trabalho</i>	13	13	0	-1,8	39	51	12	30,0	33,5	25,3
<i>IEFP</i>	17	17	0	1,0	58	69	11	18,2	28,5	24,3
<i>Instituto de Turismo de Portugal</i>	6	16	10	-	37	52	15	40,3	16,5	30,7
<i>Fundo Ambiental</i>	6	26	20	-	82	111	29	35,3	7,0	23,6
<i>Autoridade Nacional de Proteção Civil</i>	16	22	6	38,2	91	62	-29	-31,8	17,1	34,7
<b>Segurança Social</b>	6 533	6 740	208	3,2	21 973	23 281	1 309	6,0	29,7	29,0
<b>Administração Regional e Local</b>	178	188	9	5,3	612	577	-35	-5,7	29,2	32,6
<b>Total</b>	10 468	10 824	356	3,4	35 596	37 407	1 811	5,1	29,4	28,9

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

<sup>14</sup> Importa referir que na classificação económica a componente "subsídios" não incluiu subsídios de desemprego, os quais estão registados como transferências correntes para as famílias.

**16 As despesas de capital até abril de 2018 apresentaram um grau de execução inferior ao observado no período homólogo.**<sup>15</sup> O grau de execução das despesas de capital foi de 19,1%, sendo 6,7 p.p. abaixo do verificado no mesmo quadrimestre do ano anterior (Tabela 3 e Tabela 16). Quanto à empresa Infraestruturas de Portugal, a despesa orçamentada no OE/2018 com investimento, excluindo concessões, foi de 290,8 M€ (Tabela 11), sendo que o grau de execução do 1.º quadrimestre de 2018 foi de 6,5%.<sup>16</sup> Relativamente às transferências de capital (Tabela 12), o grau de execução situou-se em 20,1%, devido essencialmente aos contributos das principais entidades: Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (18,3%), Fundação para a Ciência e Tecnologia (16,5%), e Fundo de Resolução (0%).

**Tabela 11 – Investimento das administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	655	652	-3	-0,4	2 153	3 409	1 255	58,3	30,4	19,1
<i>Infraestruturas de Portugal (IP)</i>	498	509	11	2,2	1 522	1 760	238	15,6	32,7	28,9
<i>Concessões</i>	483	490	7	1,4	1 449	1 469	20	1,4	33,3	33,3
<i>Outros investimentos da IP</i>	15	19	4	27,8	73	291	218	-	20,2	6,5
<i> Dotação centralizada: contrapartida pública nacional</i>	-	8	-	-	100	-	-	-	-	8,5
<i>Defesa Nacional</i>	39	38	-1	-1,5	207	255	48	23,4	18,8	15,0
<i>Saúde</i>	20	35	15	74,9	106	301	195	-	19,2	11,8
<i>Ciência, Tecnologia e Ensino Superior</i>	16	15	-1	-4,2	97	127	30	31,3	16,4	12,0
<i>Ensino Básico e Secundário e Ad. Escolar</i>	6	2	-4	-65,4	56	80	25	44,2	11,2	2,7
<i>EDIA</i>	15	1	-13	-92,3	17	37	20	-	86,2	3,1
<i>Programas Polis</i>	3	7	4	-	15	59	45	-	20,8	11,2
<i>Santa Casa da Misericórdia de Lisboa</i>	10	8	-2	-18,1	37	63	26	70,1	27,9	13,4
<i>Metro do Porto</i>	3	3	0	-7,3	12	29	17	-	27,4	10,7
<i>Metropolitano de Lisboa</i>	0	1	1	-	13	45	32	-	3,4	3,2
<i>Segurança Social</i>	2	2	0	-15,8	23	51	28	-	10,9	4,1
<b>Administração Regional e Local</b>	384	379	-5	-1,3	1 961	2 026	65	3,3	19,6	18,7
<b>Total</b>	1 041	1 033	-8	-0,8	4 137	5 485	1 348	32,6	25,2	18,8
<b>Sub total, sem concessões da IP</b>	558	543	-15	-2,7	2 688	4 016	1 328	49,4	20,8	13,5

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Nota: A dotação orçamental da administração central incluiu uma dotação centralizada no orçamento do Ministério das Finanças (100 M€) que visa a execução no âmbito de outros Ministérios.

**Tabela 12 – Transferências de capital para entidades exteriores às administrações públicas**  
(em milhões de euros e em percentagem)

	Jan-abril		var. homóloga		Ref. anuais		VH OE/2018		Grau execução	
	2017	2018	M€	%	2017	OE/2018	M€	%	2017	OE/2018
<b>Administração Central, dos quais:</b>	162	156	-5	-3,3	673	939	265	39,4	24,0	16,6
<i>Fundo de Resolução</i>	0	0	0	-	130	135	5	4,0	0,0	0,0
<i>Comissões e outros encargos: Min. Finanças</i>	35	35	0	-0,3	96	85	-11	-11,2	36,1	40,5
<i>IAPMEI</i>	4	7	3	82,0	21	41	20	93,4	19,2	18,0
<i>Fundação para a Ciência e Tecnologia</i>	31	44	13	40,6	119	267	148	124,1	26,4	16,5
<i>IFAP</i>	81	70	-11	-13,5	253	383	130	51,6	32,1	18,3
<i>Fundo para a Sustentabilidade Sistémico do Setor Energético</i>	0	0	0	-	24	-	-	-	0,0	-
<b>Segurança Social</b>	1	0	0	-67,8	6	8	2	31,0	8,2	2,0
<b>Administração Regional e Local</b>	96	107	12	12,2	307	367	60	19,4	31,1	29,2
<b>Total</b>	258	264	6	2,3	987	1 313	327	33,1	26,1	20,1

Fontes: DGO e cálculos da UTAO.

<sup>15</sup> Para efeitos de comparabilidade homóloga, os dados encontram-se ajustados dos pagamentos das despesas com concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal (Caixa 1).

<sup>16</sup> O orçamento da empresa Infraestruturas de Portugal para 2018 inclui dotação orçamental inicial em despesas com investimento no montante de 1759,9 M€, destacando-se o montante da componente concessões e subconcessões a PPP (1469,2 M€). até abril de 2018, a execução desta componente principal das despesas de investimento foi de 642,9 M€, sendo que a execução no período homólogo situou-se em 638,3 M€.

## Execução Orçamental da Segurança Social

**17 A segurança social apresentou, até ao final de abril, um saldo positivo não ajustado superior ao verificado no período homólogo.** O saldo não ajustado de 1249 M€ (Tabela 13) representou uma melhoria de 174 M€ face ao mesmo período do ano anterior (1075 M€), o que resulta de uma taxa de crescimento da receita efetiva (3,0%) muito superior à da despesa efetiva (1,1%). A variação da receita, embora positiva, continuou em níveis inferiores ao objetivo anual (5,3%), tendo sido determinada pela evolução positiva das contribuições e quotizações e pelas transferências do Fundo Social Europeu (FSE), com contributos de 3,9 p.p. e 0,8 p.p., respetivamente e, em sentido contrário, pela diminuição das transferências do OE, nomeadamente a transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social efetuada em 2017, com um contributo de -1,9 p.p.. Do lado da despesa, o acréscimo de 1,1%, compara com o objetivo de 10,4% implícito ao OE/2018. A sua variação foi heterogénea, destacando-se a quebra homóloga nas prestações relativas ao subsídio de desemprego (-6,7%, que compara com o objetivo anual de 3,0%). O saldo mensal foi também positivo, ascendendo a 270 M€ (Tabela 14).

**Tabela 13 - Execução orçamental acumulada da segurança social de abril (em milhões de euros e em percentagem)**

	Jan - Abr		Variação		execução 2017	OE/2018	Tvh (%)	Grau de execução (%)
	2017	2018	Tvha (%)	Contr. p/ tvha (p.p.)				
<b>1. Receita Corrente - da qual:</b>	<b>8 547</b>	<b>8 806</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>26 673</b>	<b>28 083</b>	<b>5,3</b>	<b>31,4</b>
Contribuições e quotizações	4 949	5 281	6,7	3,9	15 713	16 510	5,1	32,0
Transf. correntes da Ad. Central	2 957	2 798	-5,4	-1,9	8 951	8 529	-4,7	32,8
— Financ. da LBSS	2 246	2 218	-1,2	-0,3	6 737	6 654	-1,2	33,3
— IVA Social	266	275	3,4	0,1	797	824	3,4	33,3
Transferência do FSE	249	316	27,2	0,8	1 006	1 955	94,3	16,2
Transferência do FEAC	1	2	300,0	0,0	2	39	-	5,2
Outras receitas correntes	315	323	2,3	0,1	759	826	8,8	39,1
<b>2. Receita de Capital</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>12,6</b>	<b>0,0</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>9,7</b>	<b>11,6</b>
<b>3. Receita Efetiva (1+2)</b>	<b>8 548</b>	<b>8 808</b>	<b>3,0</b>	<b>3,0</b>	<b>26 685</b>	<b>28 096</b>	<b>5,3</b>	<b>31,3</b>
<b>4. Despesa Corrente - da qual:</b>	<b>7 471</b>	<b>7 557</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>27,9</b>
Prestações Sociais - das quais:	6 591	6 608	0,3	0,2	21 596	22 974	6,4	28,8
Pensões, das quais:	4 718	4 662	-1,2	-0,7	16 011	16 700	4,3	27,9
— Sobrevida	673	670	-0,5	0,0	2 268	2 341	3,2	28,6
— Invalidez	380	313	-17,8	-0,9	1 257	1 087	-13,5	28,8
— Velhice	3 664	3 680	0,4	0,2	12 487	13 273	6,3	27,7
Sub. familiar a crianças e jovens	217	229	5,6	0,2	675	732	8,4	31,3
Subsídio por doença	183	189	3,4	0,1	511	565	10,6	33,4
Sub. desemprego e apoio ao emp.	477	445	-6,7	-0,4	1 312	1 352	3,0	32,9
Complemento Solidário p/ Idosos	69	71	2,7	0,0	208	226	8,5	31,4
Prestação Social de Inclusão	0	73	-	-	12	326	-	22,5
Prestações de parentalidade	162	178	9,9	0,2	498	536	7,6	33,3
Outras prestações	111	107	-3,6	-0,1	323	316	-2,1	34,0
Ação social	538	531	-1,2	-0,1	1 700	1 863	9,6	28,5
Rendimento Social de Inserção	116	122	5,3	0,1	344	357	3,8	34,1
Pensões do Regime Sub. Bancário	169	167	-0,8	0,0	474	471	-0,7	35,5
Transferências correntes	413	435	5,2	0,3	1 171	1 255	7,2	34,6
Ações de Formação Profissional	209	245	17,3	0,5	1 013	1 868	84,5	13,1
— c/ suporte no FSE	196	223	13,7	0,4	970	1 765	82,0	12,6
<b>5. Despesa de Capital</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>-20,2</b>	<b>0,0</b>	<b>27</b>	<b>54</b>	<b>101,7</b>	<b>4,0</b>
<b>6. Despesa Efetiva (4+5)</b>	<b>7 473</b>	<b>7 559</b>	<b>1,1</b>	<b>1,1</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>27,8</b>
<b>7. Saldo Global (3-6)</b>	<b>1 075</b>	<b>1 249</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2 078</b>	<b>929</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Por memória: após ajustamentos</b>								
<b>1.A Receita Corrente - da qual:</b>	<b>8 359</b>	<b>8 730</b>	<b>4,4</b>	<b>4,3</b>	<b>26 247</b>	<b>28 058</b>	<b>6,9</b>	<b>31,1</b>
Contribuições e quotizações	4 949	5 281	6,7	3,9	15 713	16 510	5,1	32,0
Transf. correntes da Ad. Central	2 814	2 798	-0,6	-0,2	8 521	8 529	0,1	32,8
Outras receitas capital	1	1	-	-	10	11	6,1	11,9
<b>4.A Despesa corrente</b>	<b>7 277</b>	<b>7 557</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>24 580</b>	<b>27 113</b>	<b>10,3</b>	<b>27,9</b>
Pensões	4 527	4 662	3,0	1,9	16 011	16 700	4,3	27,9
— Sobrevida	646	670	3,7	0,3	2 268	2 341	3,2	28,6
— Invalidez	365	313	-14,4	-0,7	1 257	1 087	-13,5	28,8
— Velhice	3 516	3 680	4,7	2,3	12 487	13 273	6,3	27,7
<b>6.A Despesa efetiva</b>	<b>7 280</b>	<b>7 559</b>	<b>3,8</b>	<b>3,8</b>	<b>24 607</b>	<b>27 167</b>	<b>10,4</b>	<b>27,8</b>
<b>7.A Saldo Global (3A - 6A)</b>	<b>1 080</b>	<b>1 173</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1 652</b>	<b>903</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO. | Nota: os fatores de ajustamento encontram-se descritos na Caixa 1. O referencial anual para 2017 é o referente à execução provisória. Os referenciais anuais apresentados para 2018 são os referentes ao OE/2018.

**18 Ajustado dos fatores que comprometem a comparabilidade homóloga, a segurança social apresentou um saldo positivo, com uma melhoria face ao período homólogo.** O saldo da segurança social, quando ajustado:

(i) da transferência extraordinária para compensação do défice da segurança social efetuada em 2017; (ii) das transferências do Fundo Social Europeu para formação profissional e para o programa operacional PT2020, e, do FEAC (Fundo Europeu de Auxílio às Pessoas Mais Carenciadas), de forma a garantir o princípio da neutralidade dos fundos comunitários, e (iii) do diferente perfil de pagamentos dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal para os pensionistas e para os trabalhadores do setor público, atingiu o valor de 1173 M€, com um acréscimo de 92,7 M€ face ao mesmo período do ano anterior (1080 M€). Verificou-se um crescimento da receita efetiva de 4,4%, enquanto a despesa aumentou 3,8%, situando-se ambos os agregados em níveis inferiores ao objetivo do OE/2018 (6,9% e 10,4%, respetivamente).

**Tabela 14 - Execução mensal da segurança social em termos não ajustados (em milhões de euros)**

	jan/18	fev/18	mar/18	abr/18	Total
<b>Receita Efetiva</b>	<b>2447</b>	<b>2161</b>	<b>2060</b>	<b>2140</b>	<b>8808</b>
Contribuições e quotizações	1491	1260	1253	1276	5281
Transferências do OE	683	666	666	682	2696
Transferências do Fundo Social Europeu	201	19	67	29	316
<b>Despesa Efetiva</b>	<b>1944</b>	<b>1885</b>	<b>1860</b>	<b>1870</b>	<b>7559</b>
Pensões	166	168	161	167	4662
Prestações de desemprego	111	116	111	107	445
Ação Social	133	131	131	136	531
Ações de Formação Profissional	82	66	55	42	245
<b>Saldo</b>	<b>503</b>	<b>276</b>	<b>200</b>	<b>270</b>	<b>1249</b>

Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

**19 A receita com contribuições e quotizações continuou a crescer acima do objetivo anual, registando-se também uma aceleração face ao mês anterior.** No primeiro quadrimestre do ano a receita acumulada com contribuições e quotizações situou-se em 5281 M€, o que representa um acréscimo homólogo de 6,7% (Gráfico 5), comparando favoravelmente com o objetivo anual de 5,1% e refletindo um grau de execução de 32,0%. De acordo com a DGO, contribuíram para esta evolução o cenário macroeconómico, designadamente o aumento do emprego e da retribuição mínima mensal garantida, bem como medidas de combate à fraude e o controlo das Declarações de Remunerações.

**Gráfico 5 – Contribuições e quotizações em termos mensais e em termos acumulados (variação homóloga, em percentagem)**



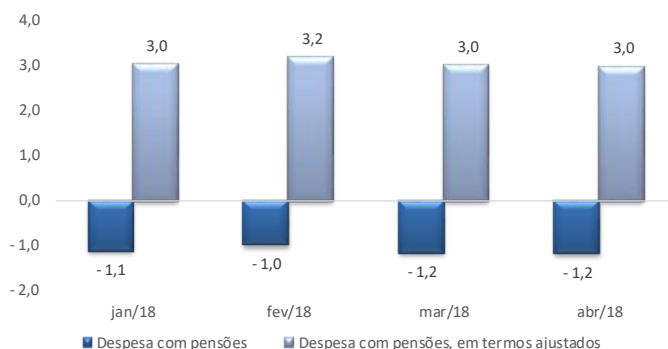
Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

**20 Continuou a registar-se um acréscimo das transferências correntes provenientes da União Europeia, embora num nível inferior ao previsto no OE/2018.** As transferências provenientes do Fundo Social Europeu e do FEAC atingiram um total de 318 M€ no final de abril, o que representa um crescimento homólogo de 27,8%, no contexto da normalização do PT 2020, de acordo com o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS). No entanto, os níveis de cobrança situaram-se ainda muito aquém do crescimento de 97,8% implícito no OE/2018.

**21 Em termos ajustados, as transferências do OE registaram um ligeiro decréscimo.** As transferências da administração central em termos ajustados, ou seja, excluindo o efeito da transferência extraordinária efetuada em 2017 para compensação do défice do sistema previdencial da segurança social (143,2 M€), situaram-se em 2798 M€, com um ligeiro decréscimo (-0,6%) face ao ano anterior. Por componentes, destacam-se a transferência do OE para cumprimento da LBSS, que se situou em 2218 M€, com uma contração de 1,2%; a transferência relativa ao IVA social, no montante de 275 M€, com um acréscimo de 3,4%, encontrando-se o comportamento destas componentes em linha com o previsto no OE/2018; por último, a transferência no âmbito do regime substitutivo bancário cifrou-se em 165 M€, com uma quebra de 2,2%<sup>17</sup>.

**22 A despesa ajustada com pensões registou ao longo do primeiro quadrimestre do ano um crescimento inferior ao previsto no OE/2018.** A despesa ajustada com pensões, isto é, corrigida do diferente perfil de pagamento dos duodécimos referentes ao subsídio de Natal, ascendeu a 4662 M€, o que representa um crescimento homólogo de 3% (Gráfico 6), situando-se abaixo do objetivo anual de 4,3% implícito no OE/2018, salientando-se a este respeito a moderação no crescimento das pensões de velhice (com um acréscimo de 4,7%, que compara com 6,3% previsto no OE) e a quebra das pensões de invalidez (-14,4%). No entanto, deve salientar-se que, de acordo com informação do IGFSS, a pensão de invalidez foi parcialmente substituída pela prestação social de inclusão<sup>18</sup>, cujo pagamento se iniciou em outubro de 2017, apresentando até ao final de abril um valor acumulado de 73 M€. Na análise conjunta das duas prestações verifica-se um crescimento homólogo de 1,5% face a igual período do ano anterior.

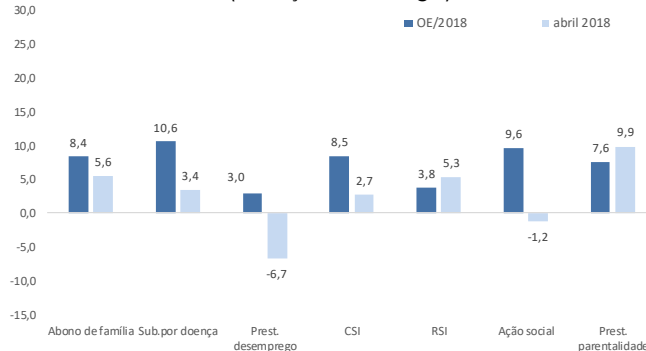
**Gráfico 6 – Despesa com pensões em termos acumulados**  
(variação homóloga, percentagem)



Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P. e cálculos da UTAO.

**23 A despesa com prestações sociais excluindo pensões registou um incremento, não obstante a quebra significativa dos montantes pagos a título de subsídio de desemprego.** A despesa com prestações sociais excetuando pensões totalizou 1946,1 M€, o que representa um aumento de 3,9% face ao mesmo período do ano anterior, refletindo uma taxa de execução de 31,0%. Tomando como referência os objetivos implícitos no OE/2018, por prestação social (Gráfico 7), cresceram acima do previsto para o ano as prestações para a parentalidade (178 M€; 9,9%) e o rendimento social de inserção (122 M€; 5,3%), mantendo-se o abono de família (229 M€; 5,6%), o subsídio por doença (189 M€; 3,4%) e o complemento solidário para idosos (71 M€; 2,7%), com crescimentos inferiores ao previsto. O subsídio de desemprego (445 M€) e a ação social (531 M€) apresentaram quebras de -6,7% e -1,2%, respetivamente, contrastando com uma previsão anual de 3,0% e 9,6%, respetivamente, apresentando no primeiro quadrimestre do ano um decréscimo sustentado, previsivelmente relacionados com a queda do desemprego e o aumento do emprego.

**Gráfico 7 – Despesa com Prestações sociais em termos acumulados**  
(variação homóloga)



Fontes: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.

<sup>17</sup> No caso da transferência relativa ao regime substitutivo bancário, a segurança social age como processador de despesa (como referido pelo IGFSS no seu boletim de execução orçamental mensal).

<sup>18</sup> O Decreto-Lei n.º 126-A/2017, de 6 de outubro, criou a prestação social para a inclusão e determina, entre outras coisas, a extinção da atual pensão social de invalidez e a sua substituição pela nova prestação social para a inclusão e que passa a ser automaticamente atribuída aos atuais titulares da pensão social de invalidez.

**24 A UTAO estima que o défice das administrações públicas no 1.º trimestre de 2018, em contabilidade nacional, se tenha situado entre 0,3% e 1,7% do PIB.** <sup>19</sup> De acordo com a informação disponível, a estimativa realizada aponta para que o valor central do défice tenha ascendido a 1,0% do PIB do 1.º trimestre (Tabela 15 e Gráfico 8). Face a idêntico período de 2017, o défice deverá ter registado uma redução de 9,6 p.p. do PIB, em virtude do défice do período homólogo ter sido agravado em 3,9 mil M€ pelo efeito da operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos. Excluindo medidas de natureza *one-off*, o défice deverá ter registado uma redução de 1,1 p.p. do PIB em termos homólogos (Gráfico 9).

**Tabela 15 – Saldo orçamental das administrações públicas em contas nacionais**  
(em percentagem do PIB)

	2018 (OE/2018)	Jan-mar 2018 estimado	Jan-mar 2017
	% PIB	% PIB	% PIB
<b>1. Saldo em Contabilidade Pública</b>	<b>-1,8</b>	<b>-0,8</b>	<b>-1,3</b>
Administração Central	-2,7	-3,2	-3,5
Administração Regional e Local	0,4	0,2	0,2
Segurança Social	0,5	2,1	1,9
<b>2. Ajust. de passagem a Contab. Nacional</b>	<b>0,7</b>	<b>-0,9; 0,5</b>	<b>-9,2</b>
Impostos e contribuições sociais	0,2	-0,9; -0,7	-0,5
Dif. entre juros pagos e devidos	0,1	-0,2; 0,0	-0,2
Outros efeitos	0,7	0,2; 1,2	-8,5
<b>3. Saldo em Contabilidade Nacional (1+2)</b>	<b>-1,1</b>	<b>-1,7; -0,3</b>	<b>-10,6</b>
<i>Por memória:</i>			
<b>Saldo em Contabilidade Nacional ajustado de medidas <i>one-off</i></b>	<b>-1,0</b>	<b>-1,6; -0,2</b>	<b>-2,0</b>

Fontes: IGCP, INE, MF e cálculos da UTAO. | Notas: os outros efeitos incluem, entre outros fatores, os encargos assumidos e não pagos, a neutralidade de fundos comunitários e as diferenças de composição do universo das administrações públicas.

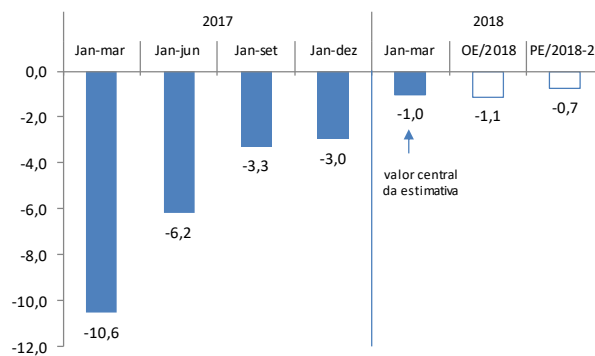
**25 A concretizar-se aquela estimativa, o défice do 1.º trimestre em contabilidade nacional deverá ter excedido o défice apurado em contabilidade pública.** A diferença entre o défice apurado nas duas óticas contabilísticas reflete os ajustamentos de passagem à contabilidade nacional, que contribuem para elevar o défice público em cerca de 0,2 p.p. (considerando o valor central da estimativa). Entre os ajustamentos realizados, destaca-se, no sentido do agravamento do défice em contabilidade nacional, o ajustamento temporal de impostos e contribuições sociais, que reflete, nos impostos indiretos, o facto do IVA do 1.º trimestre em contabilidade pública se encontrar habitualmente influenciado positivamente pelas despesas realizadas durante o período do Natal, e, nas contribuições sociais, o pagamento do subsídio de Natal que contribui para um efeito desfasado sobre os valores recebidos em janeiro em contabilidade pública. Em sentido contrário, estima-se que os outros efeitos de ajustamento entre as duas óticas contabilísticas tenham contribuído para atenuar o défice em contas nacionais face ao défice apurado em contabilidade pública (considerando o valor central). Destacam-se neste sentido, o ajustamento *accrual* do IML,

<sup>19</sup> A apresentação da estimativa para o défice sob a forma de intervalo reflete o facto de não se encontrar ainda disponível toda a informação necessária para o apuramento do défice em contas nacionais, o que implica a existência de uma margem de incerteza razoável em torno do valor central da estimativa. O défice das administrações públicas em contas nacionais será divulgado no final do mês de junho, pelo INE.

cuja receita em contabilidade pública se concentra nos restantes trimestres do ano, a anulação da despesa com os fundos de pensões dos bancários transferidos para a esfera das administrações públicas, a qual não produz efeitos em contas nacionais, bem como a anulação da despesa com juros de swaps do Metro do Porto, do Metro de Lisboa e da Região Autónoma da Madeira.

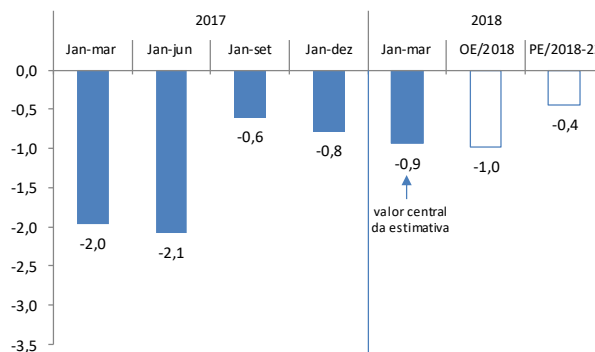
**26 A estimativa realizada pela UTAO aponta para que o défice do 1.º trimestre se tenha situado abaixo do objetivo definido para o conjunto do ano no OE/2018, embora acima da estimativa atualizada para o défice de 2018 considerada no PE/2018-22.** O valor central da estimativa realizada pela UTAO aponta para que o défice do 1.º trimestre tenha ficado 0,1 p.p. do PIB abaixo do objetivo definido no OE/2018 e que, pelo contrário, tenha excedido em 0,2 p.p. do PIB a estimativa posteriormente apresentada no PE/2018-22 (Gráfico 8). Em termos nominais, o défice do 1.º trimestre deverá ter representado cerca de 31% do défice orçamental previsto para o conjunto do ano no âmbito do PE/2018-22. Contudo, importa salientar que a estimativa realizada para o 1.º trimestre incorpora informação ainda muito parcelar, na medida em que diz respeito a apenas um trimestre do ano, não sendo por isso forçosamente indicativa do desempenho orçamental esperado para o conjunto do ano.

**Gráfico 8 – Saldo das administrações públicas em contas nacionais** (em percentagem do PIB do período)



Fontes: INE, MF e cálculos da UTAO.

**Gráfico 9 – Saldo das administrações públicas em contas nacionais excluindo o efeito de medidas de natureza *one-off*** (em percentagem do PIB do período)



Fontes: INE, MF e cálculos da UTAO. | Nota: Excluem-se do saldo orçamental as seguintes medidas *one-off*: em 2017, a operação de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, swaps da STCP e da Carris, a conversão de ativos por impostos diferidos, a entrega de F-16 à Roménia, a recuperação de parte da garantia do BPP, a inconstitucionalidade da taxa de proteção civil de Lisboa e indemnizações no âmbito dos incêndios de 2017; no 1.º trimestre de 2018, o valor estimado para o saldo orçamental exclui indemnizações no âmbito dos incêndios de 2017.



## Caixa 1 - Ajustamentos efetuados à execução orçamental das administrações públicas

Na Tabela 1 seguinte apresenta-se a variação ajustada do saldo global das administrações públicas, identificando-se cada um dos fatores que, por assumirem um carácter específico e influenciarem a comparabilidade para o biénio 2017-2018, foram ajustados na execução orçamental, bem como nos referenciais anuais. A identificação é efetuada com especificação do subsetor e do âmbito do respetivo impacto (receita, despesa ou saldo). Os valores negativos indicam que se trata de um ajustamento com impacto negativo no saldo do subsetor, enquanto valores positivos correspondem a impacto positivo.

(1) Exclusão das **transferências extraordinárias do OE para a segurança social** em 2017, sendo que se efetuaram transferências mensais do subsetor Estado para a segurança social.

(2) Eliminação da receita proveniente de **restituições do orçamento da União Europeia a Portugal** em 2017 e 2018.

(3) As transferências do Fundo Social Europeu (FSE) para a segurança social e a respetiva aplicação em despesa com ações de formação profissional e outros subsídios correntes são ajustadas no sentido de assegurar o cumprimento do **princípio da neutralidade dos fundos comunitários**.

(4) Exclusão da receita fiscal no âmbito do **Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)** no subsetor Estado.

(5) Eliminação do montante de receita de IRC no âmbito do **regime de reavaliação de ativos**.

(6) Correção do efeito decorrente do **diferente perfil de pagamentos das despesas com pessoal e das pensões devido à eliminação dos duodécimos relativos ao subsídio de Natal** para trabalhadores do setor público, pensionistas da CGA e da segurança social, bem como o efeito de segunda ordem refletido em contribuições sociais.

encontra-se em taxas, enquanto no ano 2017 e no OE/2018 a receita foi registada em impostos indiretos.

(9) Ajustamento do efeito decorrente de um diferente perfil intra-anual relativo aos **reembolsos do IRS** no biénio 2017-2018.

(10) Correção da receita dos **dividendos do Banco de Portugal** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018. No ano 2018 a receita foi registada no mês de abril, enquanto em 2017 a execução registou-se em maio.

(11) Linearização mensal do referencial anual para a **despesa com juros do subsetor Estado** devido ao diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(12) Linearização mensal do referencial anual da despesa em **concessões e subconcessões da empresa Infraestruturas de Portugal** no biénio 2017-2018. As despesas para o ano corrente encontram-se contratualizadas e referem-se aos pagamentos às concessionárias e subconcessionárias de PPP rodoviárias.

(13) Linearização da despesa relativa à **contribuição financeira para a União Europeia** decorrente do diferente perfil intra-anual no biénio 2017-2018.

(14) Exclusão da dotação centralizada para **despesas no âmbito dos incêndios florestais** ocorridos em 2017. No OE/2018 encontra-se orçamentado o montante de despesa efetiva de 125 M€ em outras despesas correntes na dotação centralizada no Ministério das Finanças, bem como o montante de 62 M€ em despesa de ativos financeiros. A execução orçamental desta despesa pode ser realizada em diferente classificação económica e em diferente programa orçamental.

**Tabela 1. Ajustamentos à conta das administrações públicas**  
(em milhões de euros)

	Subsetor	Âmbito	Janeiro-abril		Referenciais anuais	
			2017	2018	2017	OE/2018
<b>Saldo global não ajustado</b>			<b>-1 858</b>	<b>-2 022</b>	<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>
Ajustamentos c/efeito negativo no saldo:						
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1) Seg. Social	Receita	-143	0	-430	0
Restituições relativas à contribuição para a União Europeia	(2) Estado	Receita	-85	-103	-85	0
Transferências FSE	(3) Seg. Social	Receita/Despesa	-45	-76	4	-25
Plano Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES)	(4) Estado	Receita	0	0	n.d.	-100
Reavaliação de ativos	(5) Estado	Receita	0	0	-107	-107
Contribuições sociais sobre o subsídio de Natal pago em novembro de 2017	(6) AP	Receita	-47	0	0	0
Receita de IRC decorrente de transações financeiras de uma empresa privada	(7) Estado	Receita	0	0	-235	n.d.
Alteração da classificação contabilística no INEM: receita fiscal	(8) SFA	Receita	-36	0	-107	-111
Reembolsos do IRS	(9) Estado	Receita	-385	0	0	0
Ajustamentos c/efeito positivo no saldo:						
Dividendos do Banco de Portugal	(10) Estado	Receita	278	0	0	0
Linearização dos juros da dívida pública	(11) Estado	Despesa	292	547	0	0
Linearização das despesas com concessões da empresa Infraestruturas de Portugal	(12) SFA	Despesa	155	138	0	0
Linearização da contribuição financeira para a União Europeia	(13) Estado	Despesa	47	82	0	0
Despesas com pessoal: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) AP	Despesa	240	0	0	0
Pensões e abonos da CGA: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) SFA	Despesa	113	0	0	0
Pensões da segurança social: fim do pagamento do subsídio de Natal em duodécimos	(6) Seg. Social	Despesa	191	0	0	0
Despesa centralizada no âmbito de incêndios florestais	(14) Estado	Despesa	0	106	0	125
Alteração da classificação contabilística no INEM: taxas	(8) SFA	Receita	36	0	107	111
Transf. Extraordinária do OE para a Seg. Social (*)	(1) Estado	Despesa	143	0	430	0
<b>Efeito líquido dos ajustamentos</b>			<b>754</b>	<b>695</b>	<b>-423</b>	<b>-108</b>
<b>Saldo global ajustado</b>			<b>-1 103</b>	<b>-1 327</b>	<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>

Fontes: DGO e cálculos da UTAO. | Notas: (\*) operações sem impacto no saldo global das administrações públicas, pois consolidam no perímetro das administrações públicas.

(7) Exclusão de uma **receita de IRC** no montante de 235 M€ decorrente de operações financeiras de uma única empresa.

(8) **Uniformização contabilística da receita do INEM** - Instituto Nacional de Emergência Médica relativa à taxa de incidência sobre os seguros. Durante a execução do ano 2018 a receita

**Tabela 16 – Conta consolidada (ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-abril				Ref. Anual				Grau execução		Falta executar			
	Execução		Variação homóloga		2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018		
	2017	2018	M€	%			M€	%					Contributo p.p.	
RECEITA CORRENTE	22 434	23 435	1 001	4,5	4,4	78 577	82 642	4 065	5,2	5,0	28,5	28,4	56 143	59 207
Impostos diretos	4 589	4 619	31	0,7	0,1	21 410	21 745	334	1,6	0,4	21,4	21,2	16 822	17 125
Impostos indiretos	7 894	8 439	545	6,9	2,4	25 821	26 772	950	3,7	1,2	30,6	31,5	17 927	18 333
Contrib. de segurança social	6 123	6 460	337	5,5	1,5	19 760	20 469	709	3,6	0,9	31,0	31,6	13 637	14 009
Outras receitas correntes	3 773	3 886	113	3,0	0,5	11 580	13 648	2 068	17,9	2,6	32,6	28,5	7 808	9 762
Diferenças de consolidação	55	30				4	9							
DESPESA CORRENTE	22 711	23 964	1 253	5,5	5,2	78 323	82 927	4 604	5,9	5,5	29,0	28,9	55 612	58 963
Consumo público	9 385	9 885	500	5,3	2,1	32 887	34 944	2 057	6,3	2,5	28,5	28,3	23 503	25 059
Despesas com pessoal	5 770	5 847	77	1,3	0,3	20 144	20 176	32	0,2	0,0	28,6	29,0	14 373	14 329
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	3 614	4 038	423	11,7	1,8	12 744	14 768	2 024	15,9	2,4	28,4	27,3	9 129	10 731
Aquisição de bens e serviços	3 328	3 738	410	12,3	1,7	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	28,3	28,8	8 451	9 238
Outras despesas correntes	286	300	13	4,6	0,1	965	1 792	827	85,8	1,0	29,7	16,7	678	1 492
Subsídios	228	293	64	28,3	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	24,1	21,7	719	1 055
Juros e outros encargos	2 622	2 949	327	12,5	1,4	8 299	8 426	127	1,5	0,2	31,6	35,0	5 677	5 477
Transferências correntes	10 468	10 824	356	3,4	1,5	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	29,4	28,9	25 128	26 583
Dotação provisional	0	11				535	495							
Diferenças de consolidação	8	13				58	307							
SALDO CORRENTE	-277	-529	-252			254	-285	-539					531	244
RECEITAS DE CAPITAL	529	506	-23	-4,3	-0,1	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	26,4	14,5	1 474	2 974
Diferenças de consolidação	13	19				30	26							
DESPESAS DE CAPITAL	1 355	1 304	-51	-3,8	-0,2	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	25,8	19,1	3 899	5 535
Investimento	1 041	1 033	-8	-0,8	0,0	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	25,2	18,8	3 096	4 452
Transferências de capital	258	264	6	2,3	0,0	987	1 313	327	33,1	0,4	26,1	20,1	729	1 050
Outras despesas de capital	33	8	-25	-76,2	-0,1	62	41	-20	-32,9	0,0	53,4	18,9	29	34
Diferenças de consolidação	24	0				68	0							
RECEITA EFETIVA	22 962	23 941	978	4,3	4,3	80 580	86 122	5 542	6,9	6,9	28,5	27,8	57 617	62 182
DESPESA EFETIVA	24 066	25 268	1 202	5,0	5,0	83 577	89 767	6 190	7,4	7,4	28,8	28,1	59 511	64 499
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-1 103</b>	<b>-1 327</b>	<b>-224</b>			<b>-2 997</b>	<b>-3 644</b>	<b>-647</b>					<b>-1 894</b>	<b>-2 317</b>
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	12 483	13 058	575	4,6	2,5	47 232	48 516	1 284	2,7	1,6	26,4	26,9	34 749	35 458
Despesa corrente primária	20 089	21 015	926	4,6	3,8	70 024	74 501	4 477	6,4	5,4	28,7	28,2	49 935	53 486

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisional (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).

**Tabela 17 – Conta consolidada (não ajustada) das administrações públicas para 2018**  
(em milhões de euros, percentagem e pontos percentuais)

	Janeiro-abril				Ref. Anual				Grau execução		Falta executar			
	Execução		Variação homóloga		2017	OE/2018	Variação homóloga		2017	OE/2018	2017	OE/2018		
	2017	2018	M€	%			M€	%					Contributo p.p.	
RECEITA CORRENTE	22 718	23 613	896	3,9	3,9	79 000	82 875	3 875	4,9	4,8	28,8	28,5	56 283	59 262
Impostos diretos	4 974	4 619	-355	-7,1	-1,5	21 753	21 905	153	0,7	0,2	22,9	21,1	16 779	17 286
Impostos indiretos	7 930	8 439	508	6,4	2,2	25 928	26 929	1 001	3,9	1,2	30,6	31,3	17 998	18 491
Contrib. de segurança social	6 170	6 460	290	4,7	1,2	19 760	20 469	709	3,6	0,9	31,2	31,6	13 590	14 009
Outras receitas correntes	3 588	4 065	477	13,3	2,1	11 555	13 562	2 008	17,4	2,5	31,1	30,0	7 967	9 498
Diferenças de consolidação	55	30				4	9							
DESPESA CORRENTE	23 593	24 694	1 101	4,7	4,4	78 323	83 052	4 729	6,0	5,7	30,1	29,7	54 729	58 358
Consumo público	9 625	9 885	260	2,7	1,0	32 887	35 069	2 182	6,6	2,6	29,3	28,2	23 262	25 184
Despesas com pessoal	6 011	5 847	-163	-2,7	-0,7	20 144	20 176	32	0,2	0,0	29,8	29,0	14 133	14 329
Aq. bens e serv.e out. desp. corr.	3 614	4 038	424	11,7	1,7	12 744	14 893	2 149	16,9	2,6	28,4	27,1	9 130	10 856
Aquisição de bens e serviços	3 328	3 738	410	12,3	1,6	11 779	12 976	1 197	10,2	1,4	28,2	28,8	8 452	9 238
Outras despesas correntes	286	300	13	4,6	0,1	965	1 917	952	98,7	1,1	29,7	15,6	678	1 617
Subsídios	228	293	64	28,3	0,3	947	1 347	400	42,2	0,5	24,1	21,7	719	1 055
Juros e outros encargos	2 914	3 496	583	20,0	2,3	8 299	8 426	127	1,5	0,2	35,1	41,5	5 385	4 930
Transferências correntes	10 819	11 007	188	1,7	0,7	35 596	37 407	1 811	5,1	2,2	30,4	29,4	24 777	26 400
Diferenças de consolidação	8	13				58	307							
SALDO CORRENTE	-876	-1 081	-205			677	-177	-854					1 553	904
RECEITAS DE CAPITAL	529	506	-23	-4,3	-0,1	2 003	3 480	1 477	73,7	1,8	26,4	14,5	1 474	2 974
Diferenças de consolidação	13	19				30	26							
DESPESAS DE CAPITAL	1 510	1 448	-63	-4,2	-0,3	5 254	6 840	1 586	30,2	1,9	28,7	21,2	3 743	5 392
Investimento	1 196	1 171	-25	-2,1	-0,1	4 137	5 485	1 348	32,6	1,6	28,9	21,4	2 941	4 314
Transferências de capital	258	269	11	4,2	0,0	987	1 313	327	33,1	0,4	26,1	20,5	729	1 045
Outras despesas de capital	33	8	-25	-76,2	-0,1	62	41	-20	-32,9	0,0	53,4	18,9	29	34
Diferenças de consolidação	24	0				68	0							
RECEITA EFETIVA	23 246	24 119	873	3,8	3,8	81 003	86 355	5 352	6,6	6,6	28,7	27,9	57 757	62 236
DESPESA EFETIVA	25 104	26 142	1 038	4,1	4,1	83 577	89 892	6 315	7,6	7,6	30,0	29,1	58 473	63 750
<b>SALDO GLOBAL</b>	<b>-1 858</b>	<b>-2 022</b>	<b>-165</b>			<b>-2 574</b>	<b>-3 537</b>	<b>-963</b>					<b>-716</b>	<b>-1 514</b>
<i>Por memória:</i>														
Receita fiscal	12 904	13 058	154	1,2	0,7	47 681	48 834	1 154	2,4	1,4	27,1	26,7	34 777	35 776
Despesa corrente primária	20 680	21 198	518	2,5	2,1	70 024	74 626	4 602	6,6	5,5	29,5	28,4	49 344	53 428

Fonte: DGO e cálculos UTAO | Notas: os dados encontram-se consolidados de transferências, subsídios, juros e rendimentos de propriedade entre organismos das administrações públicas, bem como consolidados entre aquisição de bens e serviços com vendas de bens e serviços para algumas entidades do programa orçamental Saúde. Os dados para 2017 têm por base a execução provisória. O referencial anual 2018 do agrupamento de despesa "outras despesas correntes" inclui a dotação provisional (495 M€), bem como um montante de reserva orçamental (451,2 M€). A existência de diferenças de consolidação nas respetivas rubricas na conta da DGO tem implicação ao nível da qualidade da análise das rubricas por classificação económica (ver Nota Técnica da UTAO n.º 28/2014).